



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000390-14.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 1ª Vara da Família da comarca de Blumenau

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 10/2016 – CGJ

Período da correição: 25-4-2016 até 27-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Assessora Correicional: Fernanda Cittadin Baggio



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Blumenau

Unidade: 1ª Vara da Família

Municípios integrantes: Blumenau

Juiz titular: Claudia Ines Maestri Meyer

Chefe de cartório: Roselin Hoeft

Última correição por equipe da CGJ/SC: 20-5-2013 até 4-7-2013 (Autos n. 0010616-83.2013.8.24.0600).

Competência: Resolução n. 3/2005 – TJ: "Art. 1º Em decorrência desta Resolução: [...] III – na comarca de Blumenau: a) cria-se a 2ª Vara da Família, com competência privativa para processar e julgar inventários e partilhas de bens – em que todas as partes sejam capazes – e causas provenientes desses feitos; b) transforma-se a atual Vara da Família e Órfãos em 1ª Vara da Família, com competência privativa para processar e julgar inventários e partilhas de bens – em que haja interesse de incapazes, ausentes e interditos – e causas provenientes desses feitos; c) as demais atribuições previstas nos arts. 96 a 98 do CDOJESC serão exercidas por distribuição;"

Resolução n. 14/2011 – TJ: "[...] Art. 4º Os inventários e partilhas de bens em que haja interesse de incapazes, ausentes e interditos, e causas provenientes desses feitos, serão distribuídos igualmente entre a 1ª e 2ª Varas da Família da comarca de Blumenau, inclusive os processos atualmente em tramitação na 1ª Vara da Família."

Resolução nº 06/2012 - TJ: "Art. 1º Além das atribuições previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso III do art. 1º da Resolução n. 3/2005–TJ, de 1º de junho de 2005, e no art. 4º da Resolução n. 14/2011–TJ, de 4 de maio de 2011, os Juízos de Direito da 1ª e 2ª Varas da Família da comarca de Blumenau terão competência concorrente para processar e julgar todos os feitos decorrentes da Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992, bem como cumprir cartas de ordem e cartas precatórias relacionadas a essas ações. Parágrafo único. Os processos referidos no *caput* deste artigo, em tramitação na Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos da comarca de Blumenau, serão redistribuídos igualmente entre os Juízos de Direito da 1ª e 2ª Varas da Família."

Entrância: Especial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	3.838
1.1.2	Processos em andamento	3.679
1.1.3	Procedimentos em andamento	159
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Existem 40 processos ativos na antiga Vara da Família e Órfãos (documentação de fls. 56-59)		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.254
1.2.2	Processos em andamento	2.097
1.2.3	Procedimentos em andamento	157
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	363	267	630
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	2.264	188,67
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	2.315	192,92
1.4.3	Janeiro a maio de 2016	1.352	270,40
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		347
Família – Processo			
1.5.1.1	Ag. Análise do Cartório	4	
1.5.1.2	Ag. Digitalização	2	
1.5.1.3	Ag. Encerramento do Ato	200	
1.5.1.4	Ag. Prazo	1	
1.5.1.5	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	20	
1.5.1.6	Concluso - Urgente	1	
1.5.1.7	Concluso 4	2	
1.5.1.8	Concluso 5	1	
1.5.1.9	Concluso 6	5	
1.5.1.10	Concluso 8	1	
1.5.1.11	Escrivão	1	
1.5.1.12	Recebido Contadoria	10	
1.5.1.13	Recebido Distribuição	3	
1.5.1.14	Recebido do Juiz - Decisão	3	
1.5.1.15	Recebido do Juiz - despacho	59	
1.5.1.16	Recebido do Juiz - Sentença	33	
1.5.1.17	Recebido Serviço Social	1	



1.	Observações
	<p>a) Informações obtidas em 13-7-2016.</p> <p>b) Na data de 14-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 41 processos na fila. O mais antigo data de 30-9-2015.</p> <p>b.2) Cumprir urgente: existem 27 processos na fila. O mais antigo data de 27-6-2016.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz. Recebido do Juiz – Despacho: existem 395 processos na fila. O mais antigo data de 17-6-2015. Recebido do Juiz – Decisão: existem 41 processos na fila. O mais antigo data de 7-12-2015. Recebido do Juiz – Sentença: existem 191 processos na fila. O mais antigo data de 17-12-2015.</p> <p>b.4) Escrivão: existem 2 processos na fila. O mais antigo data de 16-3-2016.</p> <p>b.5) Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 12 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiência.</p> <p>b.6) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNECJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.7) Processo Suspenso: foram analisados 3 processos (n. [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED]), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	531	1
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		12,24%	0,02%
1.6.1.2	Observações:			
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016. b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016. c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).			



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		488	25
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		13	1
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		87	115
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		Não se aplica	Não se aplica
1.6.8	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. a.1) Item 1.6.2: embora o relatório não se aplique à unidade em razão da competência, no programa inspeção virtual foram localizados 54 processos ativos com a classe "Guarda" e 3 com a classe "Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador" em tese relativas a competência infância e juventude. O relatório foi encaminhado à unidade e as orientações para os ajustes foram repassadas por contato telefônico na data de 25-4-2016. A segunda verificação não trouxe registros. a.2) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 13-7-2016. b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de maio de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.				



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-3-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		26	44
	Peticionamento eletrônico		1.155	2
	Mandados		27	0
	AR		60	0
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	5	2
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Ministério Público	139	5	153	12
1.6.11.2	Serviço Social	45	17	49	27
1.6.11.3	Observações				
a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	479		393	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz Claudia Inês Maestri Meyer	347	10	267	3
1.6.12.2	Contadoria	22	1	6	0
1.6.12.3	Ministério Público	25	7	72	0
1.6.12.4	Serviço Social	1	0	1	0
1.6.12.5	Defensoria Pública	16	6	0	0
1.6.12.6	Psicólogo	1	1	0	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.7	Advogado	66	22	46	0
1.6.12.8	Perito	1	1	0	0
1.6.12.9	Porteiro/Leiloeiro	0	0	1	0
1.6.12.10	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência março de 2016.				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016.				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	36	18	7	3
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	3	3	2	1
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	21	17	8	1
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	42	38	24	21
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	56	17	116	43
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	39	37	24	6
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	73	27	32	5
1.6.13.8	Cartório – arquivar	0	0	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	1	1	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	6	0	14	1
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	3	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	22	0	8	1
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	203	104	78	17
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	1	1	3	2
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	6	0	5	0
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	64	10	22	5
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	112	85	109	63
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	5	1	4	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	4	4	6	2
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	2	1	3	1
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	3	2	1	1
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	33	20	20	8
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	3	1	4	3
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	296	189	174	46
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	105	89	32	13
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.29	Observações				

a) Primeira verificação em 18-4-2016.
b) Segunda verificação em 13-7-2016.
c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		0	0
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	0	0
		Definitivo	11	1	
1.7.9.1	Réu preso - total		11	1	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 18-4-2016. b) Segunda verificação em 13-7-2016.		



1.7.10	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.11	Armas e bens cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em situação de baixa.	Não se aplica	Não se aplica
1.7.12	Armas e munições cadastrados no SAJ, na situação apreendido, vinculados a processos em andamento (Circular n.144/2015).	Não se aplica	Não se aplica
1.7.13	Observações		
Não se aplica em face da competência da unidade.			

1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Não se aplica	Não se aplica
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.8.5	Observações			
Não se aplica em face da competência da unidade.				



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 19 de julho de 2016.

Perla Maria Fusinato Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Fernanda Cittadin Baggio
Assessora Correicional - Mat. 22.690